Parte 2 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais **Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação**

Juniele Martins Silva
Estevane de Paula Pontes Mendes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, J.M., and MENDES, E.P.M. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 207-221. ISBN 978-85-7511-443-8.
<https://doi.org/10.7476/9788575114438.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação

Juniele Martins Silva
Estevane de Paula Pontes Mendes

A pesquisa qualitativa é essencial na geografia e nos estudos rurais. Com a crescente complexidade dos arranjos sociais, torna-se difícil entender e explicar os fatores econômicos, políticos e socioculturais apenas com a utilização da pesquisa quantitativa. Em virtude das dificuldades relacionadas à aplicação das técnicas e da pouca familiaridade dos geógrafos com a pesquisa qualitativa, têm sido ampliados os trabalhos nessa área como meio de contribuir para o emprego desses procedimentos.

A abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os quais se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental. Neste artigo, o foco está nas seguintes metodologias: pesquisa documental, entrevistas e observação.

Objetiva-se discutir o uso da pesquisa qualitativa na geografia e nos estudos rurais e refletir acerca do emprego da pesquisa documental, da entrevista e da observação. Para a realização do estudo, fez-se uma revisão da literatura referente aos temas: a) pesquisa qualitativa; b) pesquisa teórica; c) trabalho de campo; d) pesquisa documental; e) entrevista; e f) observação.

Parte desta discussão é resultado da pesquisa *Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão/GO*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) da Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Catalão, concluída em 2011. Soma-se a isso a experiência com as técnicas qualitativas empregadas no desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA, CNPq) da UFG/Campus Catalão, o que justifica a realização deste estudo.

A construção do objeto e o referencial teórico

A pesquisa tem por finalidade conhecer as contribuições científicas efetuadas sobre determinada temática. Parte-se do pressuposto de que a pesquisa teórica não deve ser considerada mera repetição do que foi dito ou escrito, mas, sim, um campo que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, o que possibilita análises inovadoras. Nessa perspectiva, realiza-se uma discussão sobre a importância e as principais características da pesquisa teórica, além de valorizar a prática do fichamento.

De acordo com Luna (2000), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Busca-se, assim, descrever o estado atual de certa área de pesquisa, enfatizando o que já se sabe, quais as principais lacunas e os principais entraves teórico-metodológicos do estudo. Para o autor, nenhuma pesquisa pode prescindir de um completo trabalho de revisão da literatura pertinente ao problema. Quanto mais extenso e complexo for o problema, maior e mais árdua será a pesquisa teórica.

Sobre o assunto, Marconi e Lakatos ressaltam que “toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema [...]” (2007, p. 17). Os argumentos dos autores valorizam a revisão de literatura em uma pesquisa, ou seja, defendem que a teoria oferece subsídios para se chegar aos resultados.

Marre (1991), em análise sobre os meios dinâmicos da construção do objeto de pesquisa, compreende a revisão de literatura como uma escolha por uma corrente teórica relacionada com o tema eleito para estudo.

O autor destaca ainda a importância da realidade empírica para a teoria: “[...] a realidade realmente científica existe somente em função dessa realidade empírica [...]. Tem pouca viabilidade em si mesma, se não é testável ou se não pode ser experimentada” (p. 26). Destarte, a teoria é caracterizada como um deslumbramento, uma colina, o ponto alto do qual melhor se percebe a realidade empírica.

Corroborando a discussão, Mendes e Pessoa (2009), em artigo sobre as técnicas de investigação nos estudos agrários, concebem a organização de um referencial teórico

como um recurso capaz de possibilitar a identificação e a representação dos fenômenos sociais e culturais responsáveis pela manifestação de determinados eventos. Assim, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os sujeitos, o contexto e suas representações. Por conseguinte, a pesquisa empírica surge como uma necessidade de avaliar a aplicação das proposições teórico-metodológicas recentes e as condições reais de estudo.

Após a definição da corrente teórica, sugere-se a elaboração de fichamentos, a fim de responder a duas questões básicas: de que os textos tratam e o que seus parágrafos dizem. Para Antunes (1999), a tarefa conclusiva e essencial do fichamento é a problematização. Sobre isso, Weg complementa: “[...] o *fichamento* insere-se no conjunto de gêneros textuais como instrumento de *decodificação* de textos de estudo e *registro organizado* de informações provenientes de uma leitura atenta do material pesquisado” (2006, p. 8, grifos da autora). A compreensão da leitura pode ser facilitada se o texto estudado for acompanhado de questões de estudo.

Desse modo, o fichamento expressa o procedimento de elaboração de um texto organizado com o fim de decodificar e compreender outro texto em estudo. Trata-se, portanto, de uma forma organizada de registrar as informações obtidas na leitura de um texto-base. Weg (2006) salienta ainda que fichar é o ato de selecionar, organizar e registrar informações a partir da leitura do texto-fonte, de forma a construir uma documentação que: a) atenda aos objetivos do leitor ao fazer a leitura; b) remeta ao texto-base; c) possa ser consultada posteriormente; e d) aponte a elaboração de um texto posterior.

A pesquisa teórica possibilita estabelecer uma relação com o objeto de pesquisa, dá suporte às hipóteses e constrói o principal instrumento para a interpretação de seus resultados. As informações podem, também, ser complementadas por outras fontes, como pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa teórica tem por finalidade conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto, bem como as principais lacunas existentes. Vale destacar que o referencial teórico possui papel fundamental na análise das informações produzidas por meio das técnicas qualitativas; parte-se do princípio de que a teoria não deve apenas repetir o que já foi produzido, mas promover novas interpretações sobre a temática explorada. Entende-se que o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em desenvolvimento é parte fundamental para seu sucesso. Esse procedimento é indispensável em investigações de qualquer natureza.

Pesquisa documental

A pesquisa documental é entendida como a análise de materiais que não receberam tratamento analítico/científico ou podem ser reelaborados de acordo com os

objetos de pesquisa. A seleção do documento dependerá da questão que se busca responder. Nesse sentido, apresenta-se uma discussão acerca da pesquisa documental e dos principais materiais considerados documentos.

A pesquisa documental representa um recurso capaz de trazer contribuições importantes para a pesquisa, porque pode auxiliar na compreensão dos fatos. Assim, os documentos merecem atenção especial nos estudos qualitativos.

Na pesquisa documental, podem-se incluir: a) materiais escritos, como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos e relatórios; b) estatísticas que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinado grupo; e c) elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias e filmes (Godoy, 1995b).

Os documentos podem dizer muito acerca dos princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e as relações entre diferentes grupos. Esse procedimento pode ser combinado com outras técnicas, como entrevista e observação. Geralmente, recorre-se aos documentos quando se busca identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno.

Na pesquisa qualitativa, valorizam-se as atividades que envolvem o contato direto entre o pesquisador e o grupo estudado; dessa maneira, a pesquisa documental, quando utilizada, tem caráter complementar para a análise. Esse procedimento constitui uma rica fonte de dados e informações, porque estes foram produzidos a partir de determinado contexto histórico e socioeconômico e, mesmo existindo há vários anos ou décadas, ainda são capazes de retratar esse contexto e fornecer conhecimentos sobre ele.

A atividade de campo na pesquisa e o universo teórico de referência

A pesquisa de campo é um procedimento relevante para as investigações de qualquer natureza, com destaque na geografia e nos estudos rurais. É nessa etapa que o investigador tem a oportunidade de conhecer os fenômenos no mundo real e interagir com os sujeitos/objetos. Sob essa ótica, apresenta-se uma discussão sobre o trabalho de campo na geografia e a relação entre teoria e empiria.

É difícil dizer qual é o melhor caminho a ser percorrido numa pesquisa. Por isso, é preferível argumentar sobre caminhos que se têm explorado. Geralmente, inicia-se pela revisão de literatura e, depois de estabelecidas as variáveis de análise sobre o objeto de estudo, a partir dos objetivos e hipóteses apresentados no planejamento de pesquisa, numa perspectiva dinâmica do ato de pesquisar, é(são) organizado(s) o(s) roteiro(s) de entrevista para o trabalho de campo.

Nossas pesquisas têm como objeto as comunidades rurais tradicionais. Nesse sentido, especulam-se informações como: a) caracterização do imóvel/identificação e

localização do estabelecimento; b) identificação do entrevistado; c) caracterização da família; d) proprietário do imóvel; e) situação ocupacional do produtor; f) renda agrícola e não agrícola; g) identificação de famílias no imóvel; h) famílias residentes na propriedade; i) arrendamento/parceria/agregado; j) composição familiar; k) escolaridade; l) força de trabalho; m) contratação de serviços no estabelecimento; n) benfeitorias existentes na propriedade; o) bens de consumo, comunicação e transporte, p) assistência médico-hospitalar; q) informações sobre a comunidade e inserção social e política; r) características da pecuária; s) produtos cultivados; t) insumo ou técnicas utilizadas na propriedade; u) produção e comercialização; v) habilidades que a família possui no manejo de máquinas e equipamentos/pecuária/afazeres domésticos; w) assistência técnica/financiamento e/ou empréstimos; e x) organização dos produtores/família e as expectativas.

O trabalho de campo assume papel relevante na pesquisa, uma vez que permite conhecer a realidade pesquisada. Para Santos (1999), ele não deve se limitar apenas a ouvir as pessoas, ao sentido que elas dão às coisas, ao terminado, tampouco ao real como fato realizado e acabado. O empírico deve promover contato entre o pesquisador e os sujeitos, ou seja, a análise voltada às tendências de interpretações que os pesquisadores promovem do mundo em movimento, orientados pelas determinações sociais de seu lugar. Esse procedimento implica a compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais, vão construindo no tempo e no espaço.

Nesse entendimento, o campo possibilita intuir sobre determinada comunidade, sociedade, instituição e grupo social, o que oferece uma representação mais completa e mais real dos fatos que tendem a caracterizar o problema (Ferrari, 1982).

Essa atividade exige o exercício entre prática e teoria e vice-versa. Lacoste (1985) e Kayser (1985) destacam que, em uma pesquisa, o trabalho de campo não basta; é necessária, também, a discussão teórica. Desse modo, teoria e prática necessitam caminhar juntas. A partir de uma proposta de transformação democrática em relação à pesquisa, Lacoste sugere que os geógrafos retomem o trabalho de campo com seus alunos:

[...] o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica, que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar os problemas somente no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolveram sobre extensões muito mais amplas [...] (1985, p. 20).

No caminhar da discussão, procura-se valorizar a revisão de literatura, cuja finalidade é saber em que estado se encontra o problema, que trabalhos foram realizados a seu respeito e o caminhar da análise. Numa etapa posterior, considerando a natureza

da pesquisa, devem-se determinar as técnicas a serem empregadas na produção das informações e, principalmente, as reflexões que vão guiar as interpretações às quais estão sujeitas.

A maioria das pesquisas vinculadas à geografia e aos estudos rurais recorre ao trabalho de campo para compreender os aspectos socioeconômicos e culturais da realidade investigada. A pesquisa de campo é essencial para o entendimento de alguns fenômenos socioculturais, considerando os resultados que se queira alcançar. Essa atividade deve ocorrer simultaneamente com a pesquisa teórica, em um processo de articulação entre teoria e empiria.

Pesquisa qualitativa: entrevista e observação

A pesquisa qualitativa é reconhecida em virtude de suas diversas possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em vários ambientes. Essa abordagem sempre foi associada à antropologia e à sociologia, ciências que inicialmente a utilizavam com regularidade, e, ao longo do tempo, foi incorporada por diferentes áreas do conhecimento, como as ciências da saúde, a educação, a psicologia, a administração, entre outras. Nessa perspectiva, apresentam-se as principais discussões sobre pesquisa qualitativa e as possibilidades de utilização de diversas técnicas.

De acordo com Ramires e Pessôa (2009), embora o uso da pesquisa qualitativa tenha se ampliado na geografia, notam-se pouca familiaridade dos geógrafos com ela, pouco domínio dessa abordagem e, em alguns casos, pouco rigor científico em sua aplicação. Todavia, isso não diminui sua relevância na geografia. Seu emprego tem contribuído para o entendimento de aspectos econômicos, políticos e socioculturais de um grupo.

A pesquisa qualitativa permite a produção de informações sobre pessoas, lugares e processos por meio do contato direto do pesquisador com a realidade estudada. Seus procedimentos orientam o estudo dos fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação em curso. Godoy (1995a, 1995b) argumenta que ela não procura enumerar e/ou medir os eventos, mas parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve.

Triviños (1987) e Godoy (1995a) expõem outras características básicas da pesquisa qualitativa: a) tem o ambiente natural como fonte direta e o pesquisador como instrumento principal de produção de informações; b) o ambiente e as pessoas não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo; o que interessa são os processos, e não simplesmente os resultados ou os produtos; c) o significado que as pessoas dão às situações/fenômenos e à sua vida é a preocupação do pesquisador; e d) os pesquisadores

utilizam o enfoque indutivo na análise de suas informações, não partem de hipóteses estabelecidas *a priori*, mas, sim, de questões de interesses amplos, que se tornam mais diretos e específicos no decorrer da investigação.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) consideram que uma das particularidades da pesquisa qualitativa é seu caráter “multimetodológico” ou de “triangulação”, ou seja, usar uma variedade de procedimentos e instrumentos de produção de informações. Esses autores destacam que as técnicas mais empregadas são a entrevista, a observação e a pesquisa documental, as quais ainda podem ser complementadas com outras.

Supõe-se que o atributo marcante da pesquisa qualitativa assenta-se no contato direto e interativo do pesquisador com os sujeitos e o universo estudados. Outro aspecto importante é a possibilidade de usar diversas técnicas, isto é, a “triangulação” para obter e analisar as informações. Nesse contexto, essa abordagem tem se firmado nas investigações que buscam compreender grupos e comunidades a partir de técnicas que propiciam a interação social entre pesquisador e sujeito investigado.

Entrevista: a arte de perguntar, de ouvir e de refletir

A entrevista é um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais e em outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia social, política, serviço social, jornalismo, relações públicas, pesquisa de mercado e geografia. Assim, faz-se uma análise sobre as características da entrevista e as vantagens e desvantagens desse procedimento.

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano.

Colognese e Mélo (1998) conceituam entrevista como uma técnica de obtenção de informações realizada por meio de uma “conversação interesseira”, com o intuito de apreender dados sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados. Essa atividade é orientada pela busca de informações referentes a um objetivo específico.

Na definição de Marconi e Lakatos (2007), a entrevista é considerada um encontro entre duas pessoas por meio de uma conversação formal, cuja finalidade centra-se na obtenção de dados do sujeito investigado sobre determinado assunto ou problema. Esse procedimento é visto como indispensável para a aquisição direta de informações essencialmente qualitativas. Nessa perspectiva, a entrevista caracteriza-se como uma metodologia utilizada na investigação social para produzir informações ou ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Deve-se considerar que a entrevista não é um procedimento de fácil aplicação, porque exige algumas habilidades por parte do pesquisador. Segundo análise de Thompson (1998), a entrevista acertada perpassa por algumas qualidades do entrevistador: a) interesse e respeito pelos investigados; b) capacidade de demonstrar compreensão e simpatia quanto à opinião deles; e c) disposição para escutá-los. Destaca-se que a personalidade dos investigados deve ser considerada, visto que alguns são mais falantes, já outros precisam ser estimulados a falar.

Além dessas, há outras estratégias que o entrevistador pode adotar, tendo em vista uma entrevista bem-sucedida: a) não interromper o informante, pois a entrevista não é um diálogo; b) fazer agendamento com antecedência e chegar no horário agendado; c) evitar fazer perguntas sobre informações já fornecidas no decorrer da entrevista; e d) não sair imediatamente do local da entrevista (Thompson, 1998).

São igualmente importantes o conhecimento prévio do assunto, a forma de abordagem e a linguagem utilizada para o andamento adequado da entrevista. A partir disso, Oliveira (1998) assinala a necessidade do emprego da linguagem simples e clara e de uma postura ética com os sujeitos pesquisados. Os modos de vestir-se e comportar-se também devem ser considerados no desenvolvimento da atividade. Qualquer ação ou atitude avessa ao universo dos sujeitos da pesquisa pode promover desconfiança e intimidação.

Em alusão à parte de encerramento da entrevista, Thompson (1998) recomenda alguns procedimentos para sua efetuação. Primeiro, registrar os comentários sobre o contexto da entrevista, a personalidade do informante, as informações adicionais que não foram gravadas e o que pode não ter sido relatado. Segundo, se a entrevista foi gravada, transcrever a gravação e conferir quais informações foram obtidas e quais falta obter.

Quanto ao tipo, as entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. Nas estruturadas, o entrevistador segue um roteiro em que as perguntas são previamente estabelecidas e determinadas.

Já nas entrevistas não estruturadas, o informante discursa livremente sobre o tema que lhe é proposto. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) expõem que o investigador introduz o tema da pesquisa e estimula o sujeito a falar sobre ele. Geralmente, o entrevistador insere alguns assuntos de interesse no fluxo da conversação. O uso do gravador é indispensável nessa trajetória. De regra, esse procedimento é utilizado no início das pesquisas, quando o entrevistador tem pouca clareza e/ou informações sobre os aspectos mais relevantes a serem focalizados. Esse recurso permite que os roteiros de entrevistas sejam complementados conforme a necessidade da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas são conduzidas por roteiros previamente elaborados, que contêm informações de âmbito social, econômico e cultural. De acordo com

Colognese e Mélo (1998), nessas entrevistas os questionamentos são previstos com antecedência e sua ordem é provisoriamente estabelecida.

Vale advertir que, nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador faz perguntas específicas e predeterminadas. Não obstante, o informante deve ter liberdade para responder com suas próprias palavras, ou seja, a partir de seu universo de referência e, ainda, sem a tentativa de indução de posicionamentos. Nesse tipo de entrevista, o entrevistador tem uma participação ativa, pois, mesmo seguindo um roteiro com questões, pode acrescentar novas perguntas. Destaca-se que essa técnica é baseada em alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relevantes para a pesquisa. A partir das respostas dos informantes, é possível formular novas hipóteses, o que proporciona um amplo campo de interrogativas.

A entrevista semiestruturada é considerada por Triviños (1987) um dos principais meios que o investigador tem para produzir informações. Esse tipo de entrevista, ao mesmo tempo que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade, o que enriquece a investigação.

Gil (1999), Marconi e Lakatos (2007) destacam as principais vantagens da entrevista: a) possibilita obter informações referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) permite conseguir informações em profundidade sobre o comportamento humano; c) as informações obtidas são suscetíveis de classificação, quantificação e tratamento estatístico; d) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; e) possibilita obter maior número de respostas; f) oferece flexibilidade, uma vez que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas; g) propicia a obtenção de informações relevantes e significativas que não se encontram em fontes documentais; e h) permite captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade de sua voz e a ênfase de suas respostas.

Porém, embora destacadas as várias vantagens desse procedimento, algumas limitações precisam ser consideradas: a) falta de motivação do entrevistado para responder; b) dificuldade de expressão e comunicação do entrevistado; c) falta de compreensão do significado das perguntas; d) fornecimento de respostas falsas, determinadas por motivos conscientes ou inconscientes; e e) retenção de algumas informações importantes, provavelmente pelo receio de ter sua identidade revelada (Gil, 1999; Marconi e Lakatos, 2007).

No que tange às informações em relação aos entrevistados, essas podem ser classificadas em factuais e opinativas. As factuais referem-se a sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, empresa em que trabalha, renda e religião. As opinativas fazem menção a crenças, suposições, valores, entre outros (Luna, 2000). No que se refere a estas últimas, as respostas dadas pelos informantes ao entrevistador e a interpretação delas estão sujeitas à concepção de um indivíduo. No caso do pesquisador, a interpretação da realidade pesquisada está sujeita à sua postura teórico-epistemológica.

Luna (2000) concebe o sistema de tratamento das informações como dependente do referencial adotado (que gerou o problema, as perguntas e o procedimento para a coleta de informações). Isso torna imprescindível a exposição dos meios de transformação da informação em dado e dos critérios de análise estabelecidos. Ressalta-se a importância do compromisso do pesquisador com a transparência das transformações efetuadas nas informações.

Antes de iniciar a aplicação dos roteiros de entrevista, algumas medidas precisam ser asseguradas: a) especificar aos sujeitos os propósitos da entrevista e do trabalho, expondo os objetivos da entrevista e sua contribuição para o esclarecimento da situação que interessa; b) registrar a entrevista; e c) propiciar um ambiente de simpatia, confiança, lealdade e harmonia entre o pesquisador e o sujeito (Triviños, 1987). Acredita-se que, quando há um nível de confiança mútua entre informante e pesquisador, as informações fornecidas são vitais para a pesquisa, pois o sujeito sente-se participando ativamente do desenrolar da investigação.

Sobre o quadro das amostragens, Duarte (2002) observa que, em uma abordagem qualitativa, o número de sujeitos que irão compô-lo dificilmente poderá ser determinado *a priori*, porque depende da qualidade, da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações. A indicação do número de entrevistados está associada às informações originais ou às pistas que apontam novas perspectivas à investigação em curso. Tal situação dificulta a exatidão de um número prévio de amostragem, principalmente para os pesquisadores iniciantes.

Essa amostragem pode ser definida no momento em que o pesquisador tiver condições de identificar padrões simbólicos, práticas e informações suficientes para compreender o universo pesquisado. O término da atividade está associado ao momento em que as informações estão suficientemente confirmadas, quando o surgimento de novos dados torna-se cada vez mais infrequente. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) chamam esse processo de “ponto de redundância”, isto é, a inclusão de novos elementos se faz desnecessária.

Como se disse, a técnica de entrevista é concebida como uma conversa formal, em que é estabelecida uma interação entre o entrevistador e o investigado, cuja finalidade é obter informações relevantes sobre determinado assunto. A busca pelas respostas é guiada pelo problema e/ou objetivo da pesquisa.

A entrevista constitui uma das técnicas qualitativas mais utilizadas nas investigações científicas que envolvem os sujeitos sociais, em virtude de sua eficiência na produção de informações, tanto no âmbito social quanto no cultural. São vários os tipos de entrevista e a escolha por um deles se dá em consonância com a problemática e os objetivos da pesquisa. Como em outros procedimentos, o resultado depende da condução do pesquisador.

Observação: entre a aparência e a essência do objeto

A observação é um procedimento básico de investigação científica e é empregada na pesquisa de campo. Caracteriza-se como uma ferramenta útil na compreensão de fatos e contextos (variável temporal e espacial). Por conseguinte, pode ser definida como uma técnica de produção de informações, a qual utiliza os sentidos para apreender determinados aspectos da realidade. Nessa perspectiva faz-se uma discussão sobre a observação e a observação participante, com ênfase nas principais vantagens e limitações dessa técnica.

Triviños (1987) expõe que observar não é simplesmente olhar, mas, sim, destacar algo específico num conjunto (objetos, pessoas e animais), aferindo atenção a suas características (cor, tamanho, entre outras). Assim, observar um fenômeno social significa que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações. Esse recurso permite descobrir seus aspectos “aparenciais” e mais profundos, até captar sua essência numa perspectiva ao mesmo tempo específica e ampla de contradições e dinamismos de relações.

Marconi e Lakatos (2007) argumentam sobre o papel da observação na identificação e na obtenção de informações a respeito de objetivos acerca dos quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, e sobre sua contribuição para que o investigador tenha maior contato com a realidade pesquisada.

As vidas sociais das pessoas estão submetidas a constantes mudanças. Desse modo, o pesquisador deve tornar-se parte delas para entender como mudam e registrar as experiências dessas transformações, seus efeitos sobre as pessoas e suas interpretações. O conhecimento provém da experiência e da realização de investigações detalhadas pelas quais os investigadores produzem seus entendimentos. Essa interação entre pesquisador, contextos sociais e sujeitos da pesquisa confere à técnica a denominação de observação participante.

Na observação participante, o pesquisador produz as informações por meio de sua inserção e participação no cotidiano do grupo, comunidade ou organização que estuda. Ele observa os indivíduos selecionados para verificar as situações com que se deparam habitualmente e como se comportam diante delas. May afirma que a observação participativa “encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia a dia das pessoas que tentam entender [...]” (2004, p. 174).

Dessa forma, o pesquisador tende a tornar-se parte do ambiente natural dos sujeitos. Assim, pode registrar suas próprias experiências, com o firme propósito de compreender como os sujeitos agem e dão sentido ao seu cotidiano; ou seja, o observador decodifica as ações nos contextos sociais em que elas acontecem.

Embora a observação participante possa parecer uma técnica de fácil aplicação, principalmente para pesquisadores iniciantes, em função de sugerir que se trata apenas de olhar, escutar e transcrever tudo, May (2004) adverte que ela requer alguns procedimentos, tais como: o pesquisador deve passar grande quantidade de tempo em lugares com os quais pode não estar familiarizado; estabelecer e manter relacionamentos com pessoas com as quais possa ter pouca afinidade pessoal; fazer numerosas anotações sobre coisas que normalmente podem parecer acontecimentos ordinários e passar meses fazendo análises após o trabalho de campo.

Dentre as principais vantagens dessa técnica, destacam-se: a) oferece meios diretos e satisfatórios para estudar ampla variedade de fenômenos/fatos; b) exige menos do observador do que as outras técnicas; c) permite produzir informações sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas; d) depende menos da introspecção ou da reflexão; e) aceita a evidência de informações não incluídas nos roteiros de entrevista ou nos questionários; f) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; g) possibilita “checar”, na prática, a sinceridade de respostas que, às vezes, são dadas apenas para “causar boa impressão”; h) permite identificar comportamentos não intencionais ou explorar tópicos sobre os quais os informantes não se sentem à vontade para discutir; e i) proporciona o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002; Marconi e Lakatos, 2007).

Quanto aos aspectos limitantes, destacam-se: a) abrange apenas seus próprios limites temporais e espaciais; b) é uma técnica pouco econômica, pois exige muitas horas de trabalho do pesquisador; c) requer alta dose de interpretação por parte do observador, o que pode levar a inferências incorretas; d) a presença do observador pode interferir na situação observada; e) é canalizada pelos gostos e afeições do pesquisador; f) o registro das observações depende, frequentemente, da memória do investigador; e g) dá ampla margem à interpretação subjetiva ou parcial do fenômeno estudado (Gil, 1999; Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002).

Todavia, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) assinalam que algumas dessas desvantagens não constituem problema para as pesquisas qualitativas e dão dois exemplos disso. O primeiro é que o limite temporal é problema somente quando a observação é a única técnica usada na produção de informações. O consumo de tempo parece excessivo apenas quando comparado àquele despendido em pesquisas baseadas em aplicação coletiva de questionários ou testes, que pode ser feita num único dia. O segundo exemplo é que, se a observação participante apresenta a possibilidade de se fazerem inferências incorretas, isso não é um atributo exclusivo dessa técnica. Além disso, esse risco pode ser minimizado pelo uso conciliado de outras técnicas. A interferência do pesquisador na situação observada

pode ser minimizada por sua permanência prolongada no campo, pois os sujeitos, com o tempo, acostumam-se com sua presença, o que atenua consideravelmente as influências.

Na prática da observação, é imprescindível utilizar o diário de campo. Winkin (1998) concebe o diário como um instrumento essencial para a pesquisa e expõe que os observadores tentam escapar dessa técnica de trabalho utilizando o registro audiovisual, mas a observação deve passar pelo trabalho a olho nu, pelas anotações feitas às pressas em campo e pelas longas transcrições no diário.

Em síntese, a observação baseia-se no registro das experiências vivenciadas pelo pesquisador, em que são utilizados os sentidos para obter as informações acerca da realidade pesquisada. Mas observar não significa apenas olhar para o fenômeno estudado, e, sim, absorver o que está além da aparência, ou seja, buscar a essência. Essa técnica vem sendo cada vez mais utilizada pela geografia, pois permite compreender grupos, comunidades e instituições a partir da interpretação do pesquisador.

Considerações finais

A pesquisa qualitativa tem se firmado como uma abordagem promissora de investigação científica, principalmente por sua capacidade de estudar os sujeitos e suas relações sociais estabelecidas em determinado ambiente. Diante de sua importância e de sua incorporação nas pesquisas em geografia, têm sido recorrentes o estudo e a compreensão de seus métodos e técnicas. As pesquisas de campo e documental são recorrentes nessa disciplina e a entrevista e a observação lhes são técnicas usuais.

A pesquisa qualitativa baseia-se no entendimento e na interpretação dos fenômenos e, para isso, considera as representações, as crenças, as opiniões, as percepções, as atitudes e os valores dos sujeitos da pesquisa. Nesse procedimento, estabelece-se uma relação dinâmica e interdependente entre estes e o pesquisador. Há, ainda, a possibilidade de fazer uso concomitante de diferentes metodologias na construção da informação – triangulação.

O uso da pesquisa qualitativa na geografia e nos estudos rurais justifica-se pelo fato de estabelecer uma relação direta com os sujeitos investigados, além de permitir que o pesquisador vivencie a realidade do universo pesquisado. Isso confere relevância às metodologias desses estudos – pesquisa documental, entrevista e observação –, que são definidas de acordo com os objetivos propostos.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. “O planejamento de pesquisas qualitativas”. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, pp. 147-76.
- ANTUNES, Celso. *A grande jogada: manual construtivista de como estudar*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 29-60.
- BECKER, Howard S. “Problemas e inferência e prova na observação participante”. In *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 47-99.
- COLOGNESE, Silvio Antônio e MÉLO, José Luiz Bica de. “A técnica da entrevista na pesquisa social”. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, 1998, v. 9, pp. 143-59.
- DUARTE, Rosália. “Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo”. *Cadernos de Pesquisa*, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em 26 mar. 2012.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982, 318 p.
- GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2009, 198 p.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Arilda Schmidt. “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995a, v. 35, n. 2, pp. 57-63. Disponível em http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf. Acesso em 2 mai. 2012.
- . “Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mai.-jun. 1995b, v. 35, n. 3, pp. 20-9. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-5901995000300004.pdf. Acesso em 26 mar. 2012.
- KAYSER, Bernard. “O geógrafo e a pesquisa de campo”. *Seleção de Textos*, São Paulo, ago. 1985, n. 11, pp. 25-40.
- LACOSTE, Yves. “Pesquisa e trabalho de campo”. *Seleção de Textos*, São Paulo, ago. 1985, n. 11, pp. 1-23.
- LUNA, Sergio Vasconcelos. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000, 108 p. (Série Trilhas.)
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007, 289 p.
- MARRE, Jacques André Léon. “A construção do objeto científico na investigação empírica”. *Anais do Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná*. UFRGS, 1991, pp. 9-32.
- MAY, Tim. “Observação participante”. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 173-202.
- MENDES, Estevane de Paula Pontes e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. “Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista”. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 509-37.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NEVES, José Luis. “Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades”. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, 2º sem. 1966, v. 1, n. 3, pp. 1-5. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 25 abr. 2012.

- OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas”. In — (org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1998, pp. 17-26.
- RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. “Apresentação”. In — (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 11-3.
- RIBEIRO, Renato Janine. “Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, out. 1998, v. 10, n. 2, pp. 189-95.
- SANTOS, Rosselvelt José. “Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico”. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, jan.-dez. 1999, n. 21-22, pp. 111-25.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDAI, Joel Felipe. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, jul. 2009, n. 1, pp. 1-15. Disponível em http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em 27 ago. 2012.
- SILVA, Juniele Martins. *Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão/GO* (dissertação). UFG, 2011, 170 p.
- THIOLLENT, Michel Jean Marie. “O processo da entrevista”. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, pp. 79-99. (Coleção Teoria e História 6.)
- THOMPSON, Paul. “A entrevista”. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 254-78.
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. “Pesquisa qualitativa”. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, pp. 116-75.
- WEG, Rosana Moraes. *Fichamento*. São Paulo: Paulistana, 2006, 67 p. (Aprenda a Fazer.)
- WINKIN, Yves. “Descer ao campo”. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998, pp. 129-45.